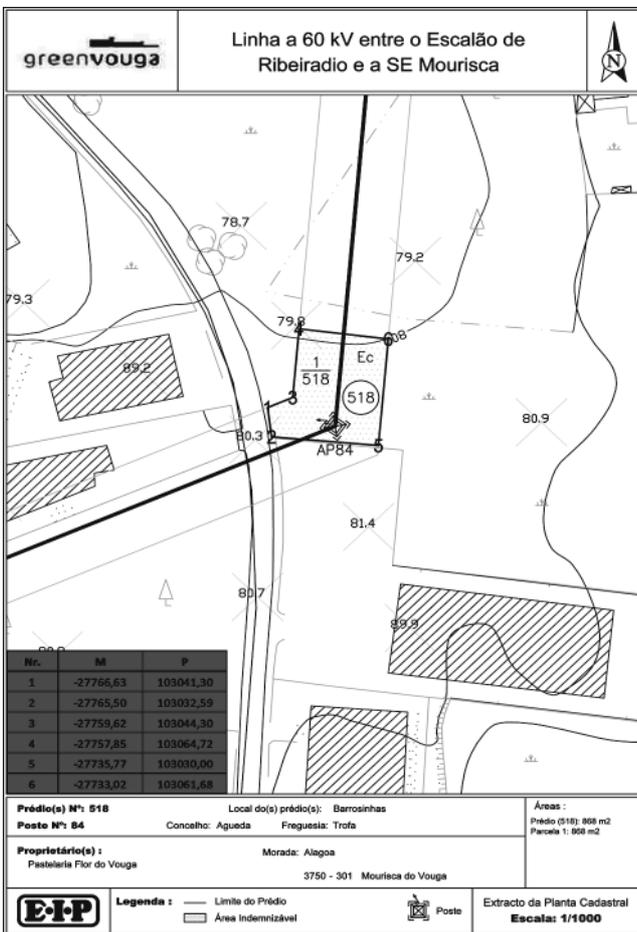


208332043



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO MAR

Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

Despacho n.º 407/2015

Nos termos do n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação conferida pelas leis n.ºs 51/2005, e 64/2011, de 30 de agosto de 22 de dezembro, respetivamente:

Nomeio, em regime de substituição, a licenciada Maria do Rosário Santos Silva Galheto Coxilha, no cargo de Direção intermédia de 2.º Grau como chefe da Divisão de Organização e Recursos Humanos.

A nomeada possui os requisitos legais exigidos, a competência técnica, aptidão, experiência profissional e a formação adequadas para o exercício do referido cargo, conforme atesta a nota curricular anexa ao presente despacho.

A presente nomeação produz efeitos a 1 de janeiro de 2015.
 31 de dezembro de 2014. — O Diretor-Geral, *Pedro Teixeira*.

Nota Curricular

Identificação:

Nome: Maria do Rosário Santos Silva Galheto Coxilha
 Naturalidade: Castelo Branco
 Data de Nascimento: 23.05.1960

Qualificações Académicas:

1.º Ciclo do Mestrado em MPA — Administração Pública — ISCTE Licenciatura em Antropologia — Faculdade de Ciências Sociais e Humanas — Universidade Nova de Lisboa.

Cargos Dirigentes:

2012-set. 2014 — Chefe de Divisão de Desenvolvimento e Qualidade — Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, em regime de substituição.

2007-2012 — Diretora de Serviços de Recursos Humanos, Modernização e Qualidade — Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território;

2002-2007 — Chefe de Divisão de Recursos Humanos da Secretaria-Geral — Ministério do Ambiente;

Experiência Profissional:

1.07.97 — Ingressou no quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, integrando a carreira técnica superior;

30.01.86 — Iniciou funções públicas na Escola Superior de Teatro e Cinema, do Instituto Politécnico de Lisboa.

2008 — Designada perita nacional na área de recursos humanos, no âmbito da presidência Francesa do Conselho da União Europeia;

2007 — Designada para acompanhar, junto da DGAEP, a reestruturação do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território;

2004 — Designada pelo Ministro do Ambiente, para integrar o NAR (Núcleo de Acompanhamento da Reforma) do Ministério, junto do MARAP (Missão Para Acompanhamento da Reforma da Administração Pública);

2004 — Representante junto do Ministério das Finanças e da DGAP, no âmbito da implementação do SIADAP no Ministério do Ambiente;

2002-2012 — Designada Representante/Interlocutora do Ministério do Ambiente e sucessores, junto da DGAEP;

2002-2004 — Nomeada para acompanhar a Comissão Para a Igualdade e Para os Direitos das Mulheres;

2001-2002 — Representante do Ministério do Ambiente junto do Conselho de Saúde e Segurança no Trabalho para a Administração Pública;

2001 — Representante do Ministério do Ambiente junto da DGAP, com vista à aplicação da reestruturação das carreiras não abrangidas pelo Decreto -Lei n.º 404-A/98, de 18/12;

2000 — Representante do Ministério do Ambiente junto da DGAP, com vista à elaboração do diploma para regulamentação da intercomunicabilidade de carreiras.

Formação Profissional:

Participação em cursos, seminários, congressos, conferências e encontros técnicos e científicos realizados no país e no estrangeiro, nomeadamente nas áreas de gestão de recursos humanos, formação profissional, avaliação de desempenho de pessoas e organizações, indivíduos e organizações, relacionamento interpessoal, regime geral da função pública, legislação laboral, qualidade, modernização, reforma da administração pública e auditoria de recursos humanos.

Seminário de Alta Direção — INA (2005)

CADAP — Curso de Alta Direção em Administração Pública — ISCTE (2009-2010)

208339659

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Administração Regional de Saúde do Norte, I. P.

Aviso n.º 497/2015

Em cumprimento do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, faz-se público que o Assistente Graduado de Medicina Geral e Familiar, Gilberto Sousa Marques, cessou funções nesta Administração Regional de Saúde do Norte em 31 de agosto de 2014, a seu pedido, por exoneração, nos termos do estatuído na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 32.º e n.º 4 do artigo 88.º, ambos da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

19-12-2014. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Ponciano Manuel Castanheira de Oliveira*.

208341164

Administração Regional de Saúde
de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.

Aviso (extrato) n.º 498/2015

Em cumprimento do disposto no artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 247, de 27 de dezembro de 2011, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir de 1 de novembro de 2014, com a trabalhadora Lígia Maria de Oliveira Gomes Ribeiro, para o preenchimento de um posto de trabalho da carreira

técnica superior de saúde do ramo de engenharia sanitária, na categoria de assistente, do mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., com a remuneração correspondente ao escalão 1, índice 120 que, de acordo com o disposto no n.º 5, da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, está entre o nível 23 e o nível 24 da tabela remuneratória única, ou seja, 1.623,22 €.

Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 46.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o júri para o período experimental terá a seguinte composição:

Presidente — Prof. Doutor António Manuel Barata Tavares, Diretor do Departamento de Saúde Pública da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.

1.º vogal efetivo — Eng. António Esteves Oliveira Matos, assessor superior de saúde da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., que substituirá o presidente nas suas faltas ou impedimentos.

2.ª vogal efetiva — Eng.ª Vera Lúcia Pedro Coelho dos Santos Veríssimo Noronha, assessora superior da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.

O período experimental inicia-se com a celebração do contrato e tem a duração de 240 dias, correspondente à duração determinada pelo disposto na alínea *c*) do n.º 1 do artigo 49.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

21 de novembro de 2014. — A Vogal do Conselho Diretivo da ARSLVT, I. P., *Dr.ª Célia Cravo*.

208341456

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Gabinete do Secretário de Estado do Ensino Superior

Despacho n.º 408/2015

1—Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 11.º e da alínea *a*) do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, exonero das funções de adjunto do meu Gabinete, a seu pedido, o Doutor Pedro Miguel Montes Martins Matias, cargo para o qual havia sido designado pelo Despacho n.º 12142/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 184, de 24 de setembro.

2—O presente despacho produz efeitos a partir de 10 de janeiro de 2015.

3—Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

22 de dezembro de 2014. — O Secretário de Estado do Ensino Superior, *José Alberto Nunes Ferreira Gomes*.

208341667

Gabinete do Secretário de Estado do Ensino
Básico e Secundário

Despacho n.º 409/2015

Ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 35.º a 40.º do Código do Procedimento Administrativo e do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, no uso dos poderes que foram delegados pelo Despacho n.º 14215/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 228, de 25 de novembro de 2014, determino o seguinte:

1—Subdelego no Diretor-Geral da Direção-Geral da Educação, José Vítor dos Santos Duarte Pedroso, nomeado pelo Despacho n.º 15260/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 242, de 16 de dezembro de 2014, a competência para autorizar a escolha do tipo de procedimento, nos termos conjugados das disposições aplicáveis do Código dos Contratos Públicos e do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, praticar todos os atos inerentes à abertura e desenvolvimento dos processos de concursos de fornecimento e aquisição de bens e serviços, nomeadamente aprovar as peças do procedimento, designar os membros do júri, decidir da adjudicação, aprovar a minuta do contrato, outorgar o contrato e autorizar as despesas inerentes, até ao montante de € 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil euros), quando tais concursos estejam previstos em planos de investimento ou de atividades previamente aprovadas.

2—O presente despacho produz efeitos reportados a 28 de novembro de 2014, ficando ratificados todos os atos praticados desde essa data no âmbito dos poderes ora delegados.

2 de janeiro de 2015. — O Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário, *Fernando José Egidio Reis*.

208339042